

O PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO EM DAVID HUME

Ângelo Márcio Macedo Gonçalves¹

RESUMO: Hume estabelece uma teoria do conhecimento de refinada importância para a investigação filosófica moderna, principalmente com a instituição de uma teoria das ideias com caráter novo. Admitimos que na obra de Hume se configure um projeto epistemológico específico e, nesse projeto, há um lugar privilegiado para as noções de contingência, experiência e necessidade, que constituem o princípios filosóficos do conhecimento humano. acentuando uma profunda análise sobre as noções de contingência, de experiência e de necessidade, constituindo, desse modo, os princípios filosóficos do conhecimento humano. Portanto, nesse artigo, pretendemos indicar qual o projeto epistemológico de Hume e como é posta uma possível tensão entre uma postura cética e naturalista. Visamos, por conseguinte, reconstituir a articulação conceitual pela qual contingência, experiência e necessidade são fundamentais para um projeto de uma epistemologia cética ou naturalista. É reconstituir a articulação conceitual pela qual contingência, experiência e necessidade são

fundamentais para um projeto de uma epistemologia cética ou naturalista. Dentro desse quadro, cabe aqui, investigar se as posições céticas e naturalistas são radicalmente diferentes e incompatíveis. Diante da dificuldade da compreensão dessa proposta de Hume, nosso propósito é fazer uma delimitação, isto é, destacar as três noções com as respectivas tensões entre elas, mostrando, com isso, o formato do quadro conceitual no qual sua epistemologia vai ser problematizada.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia; Filosofia Moderna; Lógica e Ontologia.

ABSTRACT: Hume establishes a theory of knowledge of refined importance for modern philosophical inquiry. Especially with the creation of a theory of ideas with a new characteristic which emphasizes a deep analysis of the contingency, experience and necessity, the one, that shapes the philosophical principles of human knowledge. We admit that Hume's work configures a specific epistemological project which has a high influence on contingency, experience and necessity. Therefore, in this article we intend to indicate what the Hume's project is, how it may cause a tension between a skeptical and naturalist posture and also reconstruct the conceptual articulation in which the contingency, experience and

necessity are grounded as a skeptical or naturalist epistemological project. Due to this fact, we intend to investigate whether the skeptical and naturalistic positions are radically different and incompatible. In order to understand Hume's proposal, a delimitation will be made to highlight the three notions with the tensions among them. So that, we can understand the conceptual frame format in which its epistemology will be problematized.

KEYWORDS: Epistemology; Modern Philosophy; Logic and ontology

Considerações sobre questões epistemológicas são enlaçadas, em certa medida, pelo que chamamos de virada linguística, que traria para o campo da filosofia tradicional, se é que podemos falar assim, questões ligadas à filosofia da linguagem, com o suporte da filosofia analítica e a investigação sobre a epistemologia. Não quero afirmar com isso que essa “virada” tenha mudado radicalmente a reflexão filosófica em sentido amplo, mas de como essas questões são tratadas em um foco específico, isto é, uma nova forma de investigação acerca da validade e da legitimidade da metafísica, das investigações lógicas ou da teoria do conhecimento, fazendo a tarefa de clarificar, pela análise lógica, o conteúdo cognitivo das proposições científicas. Também, de forma alguma, afirmariamos que questões epistemológicas são questões radicalmente constituídas no final do século XIX. De todo modo, a epistemologia trata, principalmente, de questões da lógica, da teoria do conhecimento, da ontologia e da linguagem. E não é aceitável que se admita que, antes dos epistemólogos do século XX, estas questões não tenham sido tratadas de forma específica.

Existindo formas de conhecer, nesses próprios modelos, os problemas epistemológicos se nos apresentam. O termo epistemologia foi, segundo Canguilhem,

originariamente posto na língua inglesa em oposição à ontologia.² Nesse contexto, no prefácio do livro *Epistemologia: posições e críticas*, os organizadores afirmam que:

O termo epistemologia se arrasta, no entanto consigo uma nebulosidade que é conveniente referir e procurar clareza. [...] Na língua francesa registra-se o seu aparecimento em 1901, na tradução do livro de B. Russell Ensaio sobre os Fundamentos da Geometria, de 1894. O destino da noção seria, contudo, diferente nas duas línguas: epistemology designará sobretudo a teoria do conhecimento e epistémologie a filosofia da ciências, de modo que o termo que corresponde a “epistemology” é, na língua francesa, “théorie de connaissance”, correspondendo “epistemologie” expressão inglesa “philosophy of science.”³

Consideravelmente as questões epistemológicas modernas se preocupam estritamente na reflexão dos fundamentos do conhecimento e do problema da justificação ou corroboração de hipóteses. David Hume – e aqui assumimos que é uma questão epistemológica apontada por ele – insere uma tese sobre a probabilidade e questão de fato, apontando para que os fatos os fenômenos são apenas prováveis na mente humana. O teórico exclui a razão como insuficiente para justificar previsões do futuro:

a razão não é a responsável da *episteme* dos fatos. David Hume, e aqui assumimos que é uma questão epistemológica apontada por ele, insere uma tese sobre a probabilidade e questão de fato, apontando para que os fatos ou fenômenos são apenas prováveis na mente humana. Ele exclui a razão como insuficiente para justificar previsões do futuro. A razão não é responsável da *episteme* dos fatos observáveis. Desse modo, Hume toca nas questões centrais para não dizer, imprescindíveis, no que diz respeito ao problema da confirmação. O que entendemos por confirmação? Esse é um problema epistemológico fundamental na argumentação da obra de Hume. Basicamente ele ficou conhecido como *Problema da Indução*.

[5] This principle is Custom or Habit.* For wherever the repetition of any particular act or operation produces a propensity to renew the same act or operation, without being impelled by any reasoning or process of the understanding; we always say, that this propensity is the effect of Custom.⁴

O problema da confirmação é fundamental na epistemologia. As teorias científicas admitem uma similaridade entre o que é observado e confirmado. Na confirmação ou nos graus de confirmação, uma teoria pode ser evidente ou corroborada. Mais racional é uma teoria

quando mais corroborada ela for. Nesse caso, existiriam graus de confirmação e, com certeza isso é estritamente complicado, pois os critérios teriam que ser montados antes da observação. Com efeito, esse tema aqui exposto requer uma pesquisa mais exaustiva impedindo nesse momento de exauri-la. No entanto, assumimos a hipótese de que há na filosofia de Hume uma tensão entre o ceticismo e o naturalismo.

Hume antecipa elementos de sua teoria da causalidade e evoca o padrão da conjunção regular em casos parecidos, assim como a anterioridade da causa em relação ao efeito. Desse modo, configura-se aí uma condição de possibilidade a um projeto epistemológico, em outras palavras, questões tratadas no escopo da epistemologia, como fundamentos do conhecimento, sobretudo principalmente relacionados à verdade e justificação. Autores como Thomas Reid e Bertrand Russell⁵, principalmente, admitem o que os estudiosos modernos de Hume de interpretação cética da epistemologia vão por em pauta de estudos.

A teoria de Hume fornece critérios para uma concepção científica e experimental sobre os processos cognitivos de um modo particular. Sem reduzir a filosofia ao fazer científico, ele se ocupa em uma avaliação do estatuto epistemológico de crença (que é nossa hipótese) mostrando como ela é um complemento essencial no processo de justificação do conhecimento. Portanto, esse

tema significa uma tensão entre posições céticas e posições naturalistas no interior do sistema do teórico autor e aponta Hume como um autor importante para o entendimento de questões da epistemologia contemporânea.

Com base nesse ponto, as questões de fato não observadas seriam impossíveis, já que estaríamos no âmbito dos juízos apenas prováveis. Na parte I do *Treatise*, Hume apresenta argumentos fundamentais para o entendimento de questões epistemológicas. Esse é um ponto fundamental, qual seja, a distinção de dois sentidos de relação apresentadas por Hume no livro em questão: os princípios associativos (relação natural) e a uma comparação entre duas ideias (relação filosófica) que é apropriada pelo entendimento humano e não meramente pelo jogo da imaginação.

The Word Relation ins commonly used in two senses considerably different from each other. Either for that quality, by which two ideas are connected together in the imagination, and the one naturally introduces the other, after the manner above-explained; or for that particular circumstance, in which, even upon the arbitrary union of two ideas in the fancy, we may think proper to compare them .⁶

Termos como necessidade, contingência e experiência são imprescindíveis para a compreensão da sua epistemologia. E para isso, a reconstituição e a articulação conceitual, pela qual esses termos aparecem de forma contundente, são formadoras do quadro conceitual da teoria das ideias de Hume; definem o seu projeto epistemológico. Não queremos nesse momento entrar nas questões modernas sobre o conceito de necessidade, qual seja uma explicação empírica dessa categoria, diferente dos racionalistas, principalmente Leibniz e Espinosa, que insistiam, com muita lucidez, em encontrar a noção de necessidade como um modelo verdadeiro.

Diante da dificuldade de compreensão de termos como contingência, experiência e necessidade na proposta epistemológica humana, percebemos uma tensão interpretativa seja ela cética ou naturalista. O modelo conceitual da obra nos leva a problematizar sua epistemologia. Aqui estamos mostrando o desdobramento que confere nossa análise, isto é, a partir da admissão de um projeto epistemológico e o seu quadro de conceitos, assim como as tensões geradas por esse percurso. Com efeito, Hume contrasta com a tradição da filosofia moderna, principalmente no estudo sobre epistemologia, ele nos mostra que as tensões que, porventura acreditamos que elas apareçam no decorrer da sua construção argumentativa, geram um campo de interpretações convergentes ou não.

Nesta circunscrição do problema epistemológico, é possível pensar em uma leitura de sua obra com as intenções da epistemologia contemporânea. Mas aqui não seria possível exaurir esse problema. Em certa medida, com prudência metodológica e/ou interpretativa não chegaremos ao problema do princípio dos distinguíveis⁷, ou a qualquer outro ponto específico e interno da discussão humiana, pois nosso intento é apenas apontar um campo de possibilidades da sua epistemologia. Em Hume, esse problema está contextualizado no princípio de separação e diferença. Noção que se estabelece como um princípio filosófico sobre entidades distinguíveis. A distinção entre simples e complexo que é fundamental para a constituição da noção de natureza e experiência, principalmente.

As relações naturais apontam para uma meta das questões colocadas pelo empirismo. Semelhança, contiguidade e causalidade fornecem elementos para entendermos os vários movimentos e transições do pensamento. São elas que asseguram a regularidade das operações da imaginação. Todavia, a principal relação natural (a causalidade) é problemática, pelo menos o seu entendimento pelas diversas recepções da obra de Hume. Ela leva a imaginação a inferir um objeto ausente, a partir de um objeto presente, supostamente ultrapassando os dados da experiência. A natureza da evidência das questões, de fato, nos leva a pensar que Hume admite que só é

possível observar para além das nossas ideias presentes na mente e inferir a existência de outro objeto pela experiência.

Tanto no *Tratado* quanto na *Investigação*, a análise da experiência estabelece um laço fundamental para a derivação das inferências causais, da conjunção constante entre os objetos. Mas essa relação na evidência não se revela na experiência passada e não pode servir como premissa suficiente para fundamentar os juízos futuros. “A inferência indutiva transcende a observação, em certo sentido, mas apenas na medida em que vai além dos casos já *observados*, não além dos eventos *observáveis*.”⁸ A causalidade leva o processo mental para além dos objetos da experiência. Com efeito, coloca-se em suspeita a ideia de conexão necessária entre causa e efeito. E diante dessa tensão, pelo menos como nos afeta, a importância destas relações estabelece um projeto epistemológico frutífero, quando colocam em destaque as questões de saber como explicar o nexos entre o dado e o não dado, a natureza das crenças dos processos inferenciais, assim como a impressão de necessidade.

No object ever discovers* by the qualities which appear to senses, either the causes which produced it, or the effects which Will arise from it; nor can our reason, unassisted by experience, ever draw any inference concerning existence and matter of fact.⁹

Localiza-se, então, no campo epistemológico uma afirmação da necessidade causal em assumir a causação em uma posição atributiva a um objeto e uma eficiência em assumir um poder de produção de outro objeto. Notamos, nessa interpretação, que a noção de causalidade recobre uma série de termos tensionados e noções implícitas que requerem um cuidado e uma acuidade de tratamento. Posto isso, o problema epistemológico central, pelo menos nessa argumentação, seria o de elucidar estas noções. E isso aparece de forma precisa, mas o leitor tem que ter certa prudência e cuidado, no que Hume faz, no Livro I do *Tratado* e na *Investigação*. No último, principalmente nas seções de IV a VIII.

Buscando definir as condições de possibilidade de um projeto epistemológico, que pressupomos inserido no interior dessas obras, as tensões entre os conceitos de contingência, experiência e necessidade são essenciais para o entendimento do delineamento da epistemologia humiana. Não estamos no contexto teórico da discussão de uma possível convergência ou divergência das interpretações ditas céticas e naturalistas. Poderíamos entender por uma interpretação cética da epistemologia de Hume aquela que poria o problema nas questões básicas das crenças fundamentais, sejam elas: crenças causais, do mundo externo e do eu ou da identidade pessoal. Seria justificar o conhecimento em outras bases distintas da razão

clássica. Uma interpretação naturalista propõe uma leitura do conjunto da obra de Hume, resultando daí uma alternativa diferente da interpretação cética. O principal problema seria se o sistema de Hume seria inconsistente e tenta mostrar evidências que apontariam para algo diferente daquilo que se conhecia da sua filosofia.

[...] depois dos trabalhos de Kemp Smith se tem reconhecido que o Tratado de Hume é muito mais do que uma “enciclopédia do ceticismo”. [...] “há pouca clareza sobre as quais eram, exatamente, suas respostas. Sem dúvida, a obscuridade da teoria positiva de Hume é devida, em parte, a seu estilo sutil e descontraído, livre de terminologias pesadas que, em outros trabalhos, preparam o leitor para um contato mínimo com uma teoria.”¹⁰

No entanto, isso é outra questão. O que estamos argumentando é que Hume concebe um problema epistemológico fundamental, que é a questão da justificação, muito tratada pelos epistemólogos contemporâneos, e que se desdobra em questões que formam o quadro conceitual de sua epistemologia, como conceitos de contingência, experiência e necessidade. Não estamos preocupados se essa interpretação é cética, naturalista ou outra, que porventura haja. O que está em jogo é qual a importância dada por Hume a estes conceitos

para a formatação de um projeto epistemológico. Onde na obra ficam mais evidentes estas pretensões? Teria Hume levado adiante esse projeto? Cremos que estas questões se configuram como os principais problemas epistemológicos na obra do autor e ele nos dá indicações valiosas a respeito da maneira de como ele concebia sua própria filosofia.

O problema epistemológico se institui como questões fundamentais no percurso do pensamento do autor, o que nos dá a entender que esse projeto efetua uma constituição na ordem das razões internas das relações dos conceitos de contingência, experiência e necessidade, ou seja, um campo de possibilidade de sua epistemologia. Esclarece assim, importantes consequências teóricas. Parece que efetua por meio da explicitação dos elementos conceituais um referencial teórico destas noções ou tensões entre elas. Assim se nos apresenta na obra.

Desse modo, insistimos que é com esse exercício interno de explicitação dos conceitos que Hume monta sua epistemologia e como pano de fundo seu projeto filosófico maior.

Indulge your passion for science, says she, but let your science be human, and such as may have a direct reference to action and society. Abstruse thought and profound researches I prohibit, and will severely punish, by the pensive melancholy which

they introduce, by the endless uncertainty in which they involve you, and by the cold reception which you pretended discoveries shall meet with, when communicated. Be a philosopher; but, amidst all your philosophy, be still a man¹¹.

A relação entre contingência, experiência e necessidade estabelece o quadro conceitual do problema epistemológico de Hume. No *Tratado* e na *Investigação* esse problema se apresenta com maior força na tese de que é, pela conjunção constante dos objetos dos sentidos, assim como pela ação do hábito, que a imaginação determina a relação entre causa e efeito. Não há na inferência causal qualquer nexos essencial entre dois objetos que ela relaciona, mas sim nos efeitos da conjunção constante de fatos semelhantes e no hábito sobre a imaginação.

Hume analisa a ideia de necessidade e conclui que ela resulta de uma impressão de reflexão produzida pelo hábito e pela conjunção constante de dois objetos semelhantes. Assim sendo, o sentido ontológico ficaria reduzido a uma ficção derivada de uma tendência natural da imaginação que se projetaria nos domínios dos objetos sensíveis às relações constituídas na mente. A necessidade é a determinação do pensamento de passar das causas aos efeitos e dos efeitos às causas, de acordo com sua união observada na experiência.¹²

Os conceitos lógicos de necessidade e possibilidade, dão origem a algumas confusões conceptuais que é necessário desde já procurar evitar. Em primeiro lugar, temos que distinguir a necessidade epistêmica de outros tipos de necessidade. A necessidade epistêmica não é senão o a priori: uma proposição é epistemicamente necessária se e só ser conhecida independentemente da experiência.¹³

Acompanhamos o argumento desse autor sobre o conceito de necessidade, que Hume chama de conexão necessária, e insistimos que a tensão da relação com a natureza e a experiência modela sua epistemologia. João Carlos Salles admite uma distinção em Hume sobre o conceito de necessidade. Existiria uma necessidade metafísica e uma necessidade natural. E que estas diferenças estariam de diferentes modos nas seções IV e VII. Muitas são as tarefas que tencionam o tema, assim como ter em conta a discussão que ele ressoa na questão da epistemologia em Hume. Essas questões entrelaçadas numa complexidade conceitual revelam que ele está comprometido com uma preocupação específica de um problema ontológico que, como já insinuamos anteriormente, que também ressoa sobre a ciência natural. Vemos nesses aspectos questões lógicas, ontológicas e

psicológicas como um compromisso do autor de uma proposta de uma teoria de justificação epistêmica.

A partir da reconstituição interna da trama conceitual que envolve o que até aqui demonstramos de um desenho epistemológico, como resultado do seu projeto filosófico, torna-se possível mensurar o alcance da afirmação segundo a qual, a diferença entre análise filosófica da crença e psicologia da crença parece ser, também, uma questão essencialmente epistemológica. É uma reflexão da necessidade da integração dos princípios da natureza humana com os compromissos das questões de justificação filosófica, no nosso caso específico aqui tratado, epistemológica.

A avaliação do alcance dessa tese parece ser a de avaliar a medida dos movimentos internos dos conceitos epistemológicos e estabelecer que não compete à razão estabelecer crenças nem extingui-las. Mas a razão pode estabelecer um controle das crenças, evitando que elas se estabeleçam em bases variáveis. Para Hume, sem a experiência nunca podemos saber se um objeto é ou não causa do outro, pois, qualquer coisa pode produzir qualquer coisa. Isto é, a conjunção constante entre objetos determina sua causalidade e nenhum objeto é contrário ao outro.¹⁴

Hume é um filósofo formador e ao mesmo tempo intrigante. Estas duas características aparecem simultaneamente no mesmo espaço conceitual. Por isso a

recepção de sua obra, e, principalmente, as questões sobre sua epistemologia, mostram-se como um campo de possíveis interpretações distintas, fazendo rotulações que, sem perder a acuidade nas conclusões tiradas, se apresente a nós como um emaranhado de anacronismos. Todavia, as diferenças nas formas de leitura da obra não devem obscurecer a sua unidade (pressupomos), assim como um projeto de uma epistemologia.

Consideramos a epistemologia de Hume um campo sutil, em uma região tênue, talvez até inusitada, pois a coerência filosófica nos forçará a categorizações de modalidades, não obstante a sua efetiva relevância, que não se revela, pois de modo fácil e simples. Michaud¹⁵ compreende que cabe perguntar o que diferencia a metáfora de Hume da imagem da árvore do conhecimento, cuja raiz e o fundamento seriam justamente a metafísica. Para ele, ao contrário da metafísica cartesiana, a ciência da natureza humana não desempenha o papel de legitimar o conhecimento através da ontologia ou teologia. Tampouco se trata de examinar a natureza do homem a partir de um eu racional, ou logos, situado fora e independente da natureza. Em Hume há um novo ponto de vista que considera a ciência do homem como índice filosófico.

A ciência da natureza humana deve tomar a experiência como ponto de partida do conhecimento e descrever as regularidades observáveis. Isolam-se os

princípios gerais ao compor seu corpo de conhecimentos. A adoção desses procedimentos implicaria em uma constituição de sistema através de uma série dedutiva que se estenderia do princípio mais elevado até suas consequências mais remotas unindo os elos da cadeia de raciocínio.¹⁶ Hume teria rejeitado ou minimizado o papel da razão como fator de justificação das crenças? A falta de fundamentação de um sistema de crenças, na sua epistemologia, seria o grande foco das principais leituras de sua obra, até o início do século XX?

Hume rompe com a concepção apriorista tradicional ao reconhecer que, diante da falibilidade de nossos sistemas cognitivos, a única resposta razoável para o chamado *problema da indução*, que abarca as questões sobre contingência, experiência e necessidade (conexão necessária), é aquela que recorre a processos psicológicos, ou melhor, sub-processos que produzem causamente estados de crenças. Na ciência da natureza humana ele realiza um mapeamento das operações do entendimento.

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber que Hume, ao indicar a relação entre contingência, experiência e necessidade, proporciona uma delimitação no campo dos assuntos epistemológicos. Destarte, considera a crença sempre determinada causamente por um mecanismo natural da mente e independente de processos racionais, e que por isso seria admitido à crença uma legitimidade

epistemológica, pois o sentimento de crença surgiria de mecanismos naturais que seriam conducentes a crenças estáveis. Assim sendo, a epistemologia de Hume envolve uma teoria causal do conhecimento a partir da qual podemos fazer ou determinar critérios de distinção entre tipos de crenças. Para o filósofo, a causalidade é a única que pode gerar crenças genuínas através do processo de inferência causal. Propõem-se uma nova caracterização da epistemologia, ao conferir estatuto epistemológico autônomo aos conceitos de regularidade natural e experiência, minimizando a função da razão em seu empreendimento.¹⁷

É de nosso entendimento que Hume está comprometido com esse projeto filosófico, empreendimento que delinea um problema epistemológico que se estrutura nas condições de possibilidade do conhecer, dos seus graus, dos seus limites, dos seus fundamentos e de seus valores. Também nesse ínterim, ele faz uma descrição do funcionamento destes processos mentais (não em termos científicos) estabelecendo critérios de validade para a natureza e a experiência e reconhece a necessidade de se recorrer a práticas cognitivas contingentes para o estabelecimento de regras para a escolha e validação filosófica.

A instauração de um novo modo de fazer filosofia e a investigação sobre as condições de possibilidade da

epistemologia apresentam-se como razões do porque julgar que esse tema tem grande importância na filosofia do autor, assim como nos estudos sobre a epistemologia. Defendemos que Hume é um filósofo comprometido com questões epistemológicas, o que parece não ser uma posição tranquila no cenário filosófico do século XX.

O propósito de buscar entender estas questões na obra de Hume, nas entranhas do seu sentido filosófico expressado internamente nos argumentos, nos esclarece que ele tinha razões e atitudes ordinárias sobre esses problemas. Os motivos entrelaçados deverão estabelecer que, apesar das interpretações sobre sua obra serem complexas, sua teoria está comprometida com estas questões. Hume desenvolve uma teoria da justificação epistêmica nova, pois se constituem em uma espécie de 'lógica' para guiar nossos raciocínios, uma sistematização de alguns princípios que ajudariam no refinamento dos raciocínios causais. Cremos que a teoria epistemológica de Hume seria uma teoria geral do significado e justificação do conhecimento.

NOTAS

¹ Professor Assistente de Filosofia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: angelomgoncalves@uol.com.br.

² Cf. Canguilhem, *Ideologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*, Paris, Vrin, 1977.

³—Cf. Carrilho, Manuel Maria e Sàagua, *Objetivos e fronteiras do conhecimento*. In :*Epistemologia: posições e críticas*, p. VIII. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1991.

⁴ Hume, *An enquiry concerning human understanding*. Section V, parágrafo 5 (43). Oxford University Press. Edited na introduction and notes by Peter millilan, 2007.

⁵ Cf. Reid, *Na Inquiry into the Human Mind on the Principles of Commom Sense* e Russell, *Our Knowledge of the External World*.

⁶ Hume,D. *Treatise*, Livro I, Parte I, Seção V, Parágrafo I, página 13. “In comme language the former is always the sense in which we use the Word, relation; and ‘tis only in philosophy, that we extend it to mean any particular subject of comparison, without a connecting principle”. Hume, *Treatise*. Livro I, Partel, Seção V, Parágrafo II, página 12-13. Cf. também *appendx*, p. 624.

⁷ Esse tema é de fundamental importância na literatura da epistemologia contemporânea. Com efeito, há uma inversão de perspectiva. O problema não aparece com a questão dos distinguíveis, mas da existência de entidades que podem ser indistinguíveis sem que resultem em ser o mesmo objeto. Cf. Baker K. F. & GRACIA, J. E (Eds) *individuation and identy in early modern philosophy*, New York.

⁸ Monteiro, J. P. *Hume e a Epistemologia*, p.26. Cf. Hume, *Treatise*. Livro I,Parte III, Seção VI, Parágrafo II.

⁹ Hume, *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Seção IV, Parágrafo 6, página 20.

¹⁰ Wolff, R. P. *Humes's Theory of Mental Activity*, p. 99. Cf. Salles, João Carlos. *Naturalismo e filosofia em David Hume*. P. 178. “Contra certa linhagem de comentadores, queremos crer que esse naturalismo, uma vez afirmado, não vem anular o anterior trabalho filosófico, mesmo indo ao encontro de tarefas, digamos científicas – com o perdão do anacronismo com que aqui distinguimos ‘ciência’ e ‘filosofia’. [...] “assim como resultado das consequências negativas do exame da faculdade que parecia distinguir-nos e, portanto, também em separado de um mera inspeção das ciências naturais, chegamos a uma outra tese, essa bem mais propícia a um programa científico de investigação naturalista, a saber: só podemos entender o comportamento dos seres humanos estudando-os como uma parte da natureza”. A citação não estabelece a interpretação estrita do autor, mas a maneira como a obra de Hume é recepcionada. No decorrer desse texto sua tese vai se mostrando. Indiquei aqui, simplesmente, para apontar os tratamentos dados à uma interpretação naturalista. Cf. também Conte, Jaimir. *A natureza da filosofia em David Hume*.

¹¹ HUME, D. *An Enquiry Concerning Human Understanding*. Seção I, Parágrafo 6, Página, 5-6.

¹² Hume, *Treatise*. Livro I, Parte III, Seção XIV. Cf. Salles, João Carlos. *Naturalismo e filosofia em David Hume*, p. 177, sobre a anterioridade da experiência sobre a natureza; questão que considero de inteira importância, apesar de estranha, importância para uma delimitação epistemológica.

¹³ Murcho, Desidério. *Filosofia da modalidade em David Hume*. P. 444.

¹⁴ Podemos encontrar esse argumento no *Treatise*, livro I, Parte III, Seção XIV, XV e na *Investigação* Seção IV.

¹⁵ Michaud. *Hume e La Fin de la Philosophie*, PP. 13-15.

¹⁶ Cf. Flew, *Hume's philosophy. A study or his first inquiry*. Principalmente os capítulos IV e V: *Arguments from experience e The nature and the mechanics of empirical belief*. Respectivamente. Nesses capítulos o autor examina exaustivamente as seções IV e V da *Investigação* e no *Treatise*, Livro I, Parte II, Seção VI (*Of the Idea of existence, and external existence*), página 67

¹⁷ Encontramos essas teses principalmente na *Investigação*, Seções II e IV e no *Treatise* Livro I, Parte I Seção I. Aparece também no *Treatise*, Livro I, parte I, Seção VII e na *Investigação* Seção V.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKER K. F. & GRACIA, J. E. (Eds) *Individuation and identity in early modern philosophy*. New York.

CANGUILHEM, G. *Ideologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie. (Introduction)*, Paris: Vrin, 1977.

CARRILHO, MANUEL M. *Epistemologia: posições e críticas*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa: 1991.

CONTE, JAÍMIR. *A natureza da filosofia de Hume*. Anais do III Colóquio Internacional de Metafísica. Natal, RN, 2010.

FLEW, ANTONY. *Humes's philosophy of belief. A study his first inquiry* Routledge & Kegan Paul, London, 1961.

HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. Edited, with an Analytical Index, by L. . SELBY-BIGGE, second edition, Oxford at Clarendon Press, 2009.

HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução Débora Danowsky – São Paulo: UNESP, 2001.

HUME, D. *An Enquiry concerning Human Understanding*. Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican, Oxford University Press, 2007.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. Aníbal Aiex, São Paulo: Nova Cultural, 1992. Coleção Os Pensadores.

MICHAUD, YVES. *Hume et la Fin de la Philosophie*. Presses Universitaires de France (PUF), Paris, 1983.

MONTEIRO, J. P. *Hume e a Epistemologia*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1982.

MURCHO, DESIDÉRIO. *Epistemologia da modalidade em David Hume*. Revista Filosófica de Coimbra – n. 12 (1997).

READ, T. *An Inquiry into Human Mind on the Principles of Common Sense*. BROOKES, D. (Ed). Endinburgh University Press, 2000 [1764].

RUSSELL, BERTRAND. *Our Knowledge of the External World*, George Allen & Unwin, London, 1914.

SALLES, JOÃO CARLOS. *Naturalismo e Filosofia em David Hume*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, Série 3, v. 17, n 2 p. 177-197, julho-dezembro. 2007.

WOLFF, R.P. *Humes's Theory of Mental Activity*. In: *The Philosophical Review*. 69, 1960.